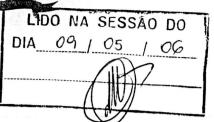


## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



PROJETO DE LEI 040 2006.

"Que dispõe sobre regras para execução de projetos de colonização em áreas florestais e dá outras providências".

Art. 1º – A implantação e expansão de projetos de colonização agrícola em áreas florestais pertencentes ao estado de Roraima, ou sob seu domínio a qualquer título estará sujeito as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - As regras a que se refere o artigo anterior são as seguintes:

- I Prévia aprovação do Poder Legislativo;
- II Prévia apresentação de estudo de impacto ambiental;
- Prévia apresentação de projeto com estimativa de gastos, para implantação e manutenção do projeto pelo período de 10 (dez) anos;
- IV Prévia apresentação de estudos de viabilidade econômica do projeto, cuja auto-sustentação deverá ocorrer no prazo máximo de 08 anos;
- V Disponibilização assegurada de recursos no orçamento anual do Estado para manutenção dos serviços de:
- a) Educação, com ensino de alfabetização, fundamental e médio;
- b) Saúde;
- c) Segurança:
- d) Recuperação e manutenção de malha viária;
- e) Disponibilização de transporte de pessoas e produção;
- f) Disponibilização de recursos para implantação de pólos de beneficiamento de madeira extraída das áreas ocupadas para produção.
- VI Acompanhamento em todas as fases do projeto pelo Ministério Público Estadual

§ Primeiro – A aprovação pelo Poder Legislativo de que trata o Inciso I deste Artigo, dar-se-á em votação secreta, cuja aprovação se dará com o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo Estadual.





## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA "Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



§ Segundo – O estudo de impacto ambiental a ser apresentado conforme Inciso II deste Artigo, deverá ser apresentado pelo órgão responsável pelo setor na órbita do Estado com acompanhamento e parecer do Ministério Público Estadual.

- Art. 3º Nenhum projeto de implantação ou expansão de colonização terá início nos últimos 20 meses de mandato do chefe do Poder Executivo.
- Art. 4° A seleção de produtores para ocupar os projetos de colonização será efetuada dentre pessoas que estejam no Estado há no mínimo 18 meses.
- Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Antonio Martins, 05 de maio de 2006.

EDIO VIEIRA LOPES

Deputado Estadual